

## **PRÁXIS E EDUCAÇÃO: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE TRABALHO, ESCOLA E SOCIEDADE CIVIL**

Mauro Rogério de Almeida Vieira

**RESUMO:** Nessa primeira metade do século XXI, se descortina diante do quadro de reformas educacionais o fato de a instituição Escolar estar sendo reduzida a uma microestrutura cuja finalidade se identifica cada vez mais com a pura reprodução do movimento de dominação do capital sobre o trabalho. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo discutir as relações entre trabalho e educação e o papel da práxis e da sociedade civil na organização de processos formativos, cujo objetivo é a reconstrução da Escola tomando por princípios ideias progressistas e igualitárias de transformação social. Aponta-se a práxis, enquanto categoria de análise acerca dos processos formativos, como capaz de construir um contraponto ao modelo de Escola neoliberal, de modo a consubstanciar uma atuação intencional e consciente dos sujeitos, capaz de suplantar as bases do capitalismo e fomentar a construção de um novo modelo societal, à medida que cria a realidade histórico-social e determina a existência humana como elaboração da realidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Práxis, Sociedade Civil, Trabalho, Educação.

## **PRÁXIS AND EDUCATION: AN ARTICULATION BETWEEN WORK, SCHOOL AND CIVIL SOCIETY**

**ABSTRACT:** In the first half of the 21st century, the fact that the School institution is reduced to a microstructure whose purpose is increasingly identified with the pure reproduction of the movement of capital domination over work is facing the educational reform framework. In this sense, the aim of this paper is to discuss the relationship between work and education and the role of praxis and civil society in the organization of formative processes, whose objective is the reconstruction of the School, based on progressive and egalitarian ideas of social transformation. The praxis, as a category of analysis about the formative processes, is pointed out as capable of constructing a counterpoint to the neoliberal school model, in order to substantiate an intentional and conscious performance of the subjects, capable of supplanting the foundations of capitalism and encouraging the construction of a new societal model, as it creates social-historical reality and determines human existence as an elaboration of reality.

**KEYWORDS:** Praxis, Civil Society, Work and Education.

## 1 INTRODUÇÃO

Não é preciso ser um ‘médico da civilização’ para compreender os sintomas da decadência da Escola. O quadro geral se agrava à medida que se quer combater os sintomas. Os aparentes fármacos utilizados contra a decadência da Escola, a longo prazo, produziram algo pior do que aquilo que deveriam eliminar. E não se sabe se por desconhecimento ou por convicção, que a eficácia momentânea, a anestesia, foram considerados os verdadeiros remédios, e nem se notou que o preço a pagar por esse efeito imediato poderia resultar em uma piora geral e profunda do desajuste funcional a qual está submetida. O que é preocupante é que a depender do grau da doença, pode-se chegar em um estágio no qual não é possível a recuperação. É preciso levar a sério esses sintomas, mas, sobretudo, levar a sério o antídoto.

A decadência da Escola é acometida por diversos sintomas, dentre os quais a seleção social que se processa nas suas entranhas, a submissão dos espíritos à ordem estabelecida, a falta de eficácia frente ao desemprego e à inovação. Não é possível barrar essa decadência sem atentar para as causas. Na atual cultura de mercado, a emancipação pelo conhecimento é apenas um adorno *démodé*. As políticas liberais e neoliberais acentuam a marginalização de parte significativa da população e intensifica as desigualdades afetando diretamente o desempenho da Escola.

Tratar os sintomas isoladamente é o mesmo que reformar algo cujo alicerce está apodrecido. Daí surgem os mais diversos placebos para encarar o fenômeno de definhamento da Escola. Dentre os mais conhecidos estão o culto à inovação, a proposta de gerenciamento educativo, da descentralização do estabelecimento e a divinização da empresa. Desse modo, as transformações econômicas e mutações culturais estão desembocando no mar conceitual da Escola neoliberal. De acordo com Laval (2004, p. 11):

A Escola neoliberal designa um certo modelo Escolar que considera a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico. Não é a sociedade que garante a todos os seus membros um direito à cultura, são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade.

A questão proposta nesse texto é sobre as relações entre trabalho e educação e o papel da práxis e da sociedade civil na organização de processos formativos cujo objetivo é a transformação social. Para a realização de tal abordagem, partimos da compreensão geral de como o modelo Escolar é afetado pela sociedade de mercado. A sociedade de mercado demanda um espaço educacional bem delimitado e capaz de oferecer uma divisão do social adaptada à economia capitalista e à sociedade liberal. Laval (2004, p. 18) destaca que as mutações da instituição Escolar podem ser associadas a três tendências. A primeira é um processo de desinstitucionalização; a segunda é a desvalorização, e a terceira tendência é a desintegração. Essas tendências articuladas entre si produzem um novo modelo Escolar.

Para o autor, a Escola que antes era marcada pela formação cidadã na qual o conhecimento se destacava sobretudo pelo seu valor social, cultural e político, vem sendo substituída por uma hibridação que leva em conta o saber em função do seu valor profissional de modo a formar

indivíduos com saberes economicamente valorizáveis, mistura essa que é produto dos mecanismos mercantis onde se valoriza o econômico em detrimento dos demais valores, donde se tem, assim, uma Escola a serviço da clientela, que tem como princípio o espírito empreendedor e o financiamento privado (LAVAL, 2004, p. 19). O objetivo dessa Escola neoliberal é elevar o nível de produtividade das populações, reproduzindo o modelo societal desigual. Nesse sentido, o que se descortina diante do quadro de reformas educacionais nessa primeira metade do século XXI é cada vez mais parecido com uma empresa (LAVAL, 2004, p. 19).

## **2 AS CONTRADIÇÕES DA ESCOLA**

A Escola é uma instituição burguesa que atende às determinações desdobradas pela dinâmica do modelo mercantil vigente. Seu caráter burguês aponta para um modelo meramente instrumental no processo de acumulação do capital, incapacitando a transformação, enquanto microestrutura, em uma instituição contrária à dinâmica social à qual está vinculada. Porém, é nela e a partir dela que são forjados espaços fundamentais de formação das classes revolucionárias, podendo vir a ser um relevante lugar de socialização dos conhecimentos historicamente acumulados.

Nesse sentido, a Escola se constitui em um espaço de disputa política no qual se tornaria imprescindível a perspectiva emancipatória. Para tal, seu papel fundamental seria o de provocar a articulação das atividades de trabalho e educação na caminhada proletária, elevando e consolidando o proletariado acima da dicotomia entre atividades intelectuais e manuais de modo que trabalho e educação produzissem uma unidade dialética formativa.

De acordo com Marx (1992), a Escola é uma engrenagem da sociedade que se dinamiza pela produção de mercadorias e, enquanto tal, como ocorre em todas as microestruturas erguidas a partir das relações de produção, é marcada por contradições advindas dessas relações, as quais não podem ser negadas por estarem inseridas na totalidade.

No século XX, as teses propostas sobre a finalidade da Escola foram apresentadas por dois vieses antagônicos. De um lado, ao não compreender o movimento dialético, a instituição Escolar fora reduzida a uma microestrutura cuja finalidade se detinha à pura reprodução do movimento de dominação do capital sobre o trabalho. Por outro, nos deparamos com o entendimento de que a Escola possuiria autonomia a tal ponto que suas atividades eram realizadas em contraposição a própria formação social da qual é resultante, como se fosse capaz de suprimir os conflitos mais absurdos e destrutivos da sociedade capitalista.

É nesse cenário de contradições que o século XXI se descortina com a crise da Escola. De acordo com Sousa Júnior (2014), por todo século XX até o pós-guerra, as lutas por Escola tiveram frente a si uma realidade nova em que se encontravam sólidos os novos pilares de construção. Atualmente, o dado novo é a crise desses pilares. Diz o autor, “o enfrentamento da crise atual da Escola envolve, necessariamente, a discussão da crise do trabalho assalariado, dos Estados nacionais, e de todo o contexto” no qual a Escola se encontra situada (SOUSA JÚNIOR, 2014, p.258).

É a partir da compreensão da dimensão dessa crise, que ‘aqueles que vivem do trabalho’ precisam superar o entendimento de que as lutas sociais apenas devem ser pautadas por bandeiras que trazem em seu bojo a exigência de mais Escolas, mais empregos, melhores salários etc. Ou seja,

é preciso que se ultrapasse a posição de apenas lutar por avanços sociais no seio do capital. As conquistas reais advêm das lutas cujos resultados buscam a superação do metabolismo social do capital à medida que se compreende o esgotamento da proposta civilizatória desse modelo societal (MÉSZÁROS, 2008).

É a partir da conformação em imersões utilitárias que a crise da Escola acaba por gerar contradições bastante acentuadas. A principal delas é a ruptura com o modelo de desenvolvimento da promessa de integração dos excluídos a partir da concepção de Escola liberal-democrática. Entretanto, a reconstrução do sentido do trabalho como atividade social integradora, deve perpassar a aposta na transformação social do Estado, de forma a utiliza-lo como instrumento político para se alcançar os interesses do trabalho em detrimento do capital, de modo que se possa apontar a reconstrução da Escola tomando por princípios ideias progressistas e igualitárias.

É nesse contexto de contradições na crise da Escola que sua reconstrução exige a proposta de uma práxis revolucionária essencial para a superação da perspectiva burguesa e neoliberal de educação. A proposta se justifica levando em consideração o fato de que as mudanças processadas no âmbito da Escola perpassam tanto a crise do modelo capitalista mundializado e, sobretudo, a crise do trabalho assalariado, do Estado nacional, quanto a exigência da sociedade por um modelo de reconstrução flexível da Escola, quer dizer, uma Escola que deve disputar a educação social com outras formas e espaços onde se realizem processos de ensino-aprendizado que priorizem as demandas por qualificação e competências apontadas no horizonte da crise do próprio capital.

Em última perspectiva, nos parece que as mudanças despontam para uma desregulação da instituição Escolar e conseqüentemente para a intensificação dos problemas e contradições mais acentuadas do metabolismo do capital à medida que as leis de mercado é que passam a regular os processos formativos delineando as demandas por qualificação e competências. Todavia, compreendemos que as mudanças da Escola encontram ressonância para sua reconstrução a partir das duas vias as quais Marx visualizou. Uma via que corresponde à educação formal, cuja a finalidade seria a socialização dos conhecimentos acumulados historicamente; e a outra, uma complementação daquela, que se efetivaria por meio da organização das iniciativas operárias no seio dos interesses da classe trabalhadora vinculando-se ao seu caráter de formação pedagógico-político (SOUSA JÚNIOR, 2014, p. 208-212).

Dessa forma, é que nos propomos a apresentar a práxis nos processos formativos realizados pela instituição Escolar a partir da articulação com a sociedade civil levando em consideração o aspecto apontado por Marx no qual a instituição Escolar detém a sistematização dos saberes historicamente acumulados e se complementa pelos dilemas pedagógicos-políticos vivenciados pela organização de iniciativas políticas na sociedade. Por isso, nossa proposta visa apontar a centralidade da práxis na sociedade civil como elemento fundamental para construir um contraponto ao modelo de Escola neoliberal que se apresenta como devir inexorável.

A proposta da práxis nos processos formativos articulada com a sociedade civil é a via para um modelo de escola que se aproxima das aspirações de uma autêntica educação emancipadora. Desse modo, há a necessidade de delimitar conceitualmente a concepção de sociedade civil. As considerações sobre esse conceito são oriundas das proposições do filósofo italiano Antonio Gramsci. A evolução da filosofia de Gramsci o faz se distanciar da tese de extinção do Estado. Para Gramsci (1999) seria um mecanicismo fazer coincidir o fim do domínio burguês com o fim do Estado.

Para o autor, as instituições políticas não são simples superestruturas da economia. A proposta socialista de Gramsci pode ser analisada não como a extinção do Estado, mas como a construção do Estado do trabalho e da solidariedade (GRAMSCI, 1999, p.297). A proposição de um Estado do trabalho e da solidariedade perpassa a superação do Estado de coerção. A superação se dá pela eliminação do aparato de repressão e a instituição de um Estado ético ou sociedade civil educadora (GRAMSCI, 1999, p. 321). Essa é uma etapa importante para a suplantação do Estado burguês e a implantação da sociedade regulada pela sociedade civil.

Para Gramsci (1999), a sociedade civil é também ela Estado, é o próprio Estado, e, dessa forma, o Estado seria a reabsorção da sociedade política na sociedade civil de modo a consubstanciar o advento de uma sociedade comum regulada por conselhos populares. Ou seja, a sociedade civil são organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente e que não se caracterizam pelo uso da repressão. Nesse conceito está contida a concepção de Estado amplo para Gramsci. O Estado em sentido ampliado comporta duas esferas principais: a sociedade política que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência; e a sociedade civil, formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc..

Para Coutinho (1992), há uma diferenciação de materialidade entre sociedade política e sociedade civil. Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos do Estado, os portadores materiais da sociedade civil são aparelhos privados de hegemonia, isto é, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. Para Coutinho (1992, p. 77), Gramsci registra o fato novo de que a esfera ideológica, nas sociedades capitalistas avançadas, mais complexas, ganhou uma autonomia material em relação ao Estado em sentido restrito. Para o autor,

A necessidade de conquistar o consenso ativo e organizado como base para a dominação – uma necessidade gerada pela ampliação da socialização da política – criou e/ou renovou determinadas objetivações ou instituições sociais, que passaram a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidades próprias) das relações sociais de hegemonia. E é essa independência material – ao mesmo tempo base e resultado da autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia – que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, dotada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção (COUTINHO, 1992, p. 77-78).

O entendimento de sociedade civil como o conjunto de organizações sociais e materiais cujo objetivo é a hegemonia política exige uma atuação intencional e consciente dos sujeitos e faz alusão ao entendimento da práxis política capaz de suplantando as bases do capitalismo e fomentar a construção de um novo modelo societal circunscrito pela observação dos limites civilizatórios e pelas relações sociais igualitárias.

### 3 PRÁXIS E PROCESSOS FORMATIVOS NA SOCIEDADE CIVIL

Frequentemente nos deparamos com a questão da relação entre teoria e prática quando nos referimos à problemática dos processos formativos e à relação trabalho e educação. Pretendemos situar a práxis como um conhecimento que extrapole a pseudoconcreticidade que se manifesta como realidade mesma. Quer dizer, transportar essa categoria filosófica para se colocar como atravessamento das especificidades da educação, com o objetivo de superar o chamado mundo da aparência que se apresenta como uma projeção real no sujeito através de determinadas condições históricas ancoradas nas consciências imediatas e que buscam somente o que é útil e prático em si e por si mesmo. Para realizar esse percurso contaremos com as contribuições de Vásquez (1977) e Kosik (1976).

Cabem-nos, por assim dizer, tornar claro e distinto que na questão da relação teoria-prática estão imbricadas as contradições e diversidades da sociedade na qual estamos inseridos. A lógica apregoada como natural é, no entanto, desumanizadora e tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos. Trata-se da hegemonia do capital na qual o trabalho deixa de ser o modo de criação da realidade humana para tornar-se apenas um instrumento de sua reprodução.

A configuração atual do mundo do trabalho, marcada pela substituição do padrão produtivo taylorista-fordista pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, é o receituário que se alastra pelo mundo empresarial como expressões de uma lógica societal na qual o capital vale, e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. É o que Mészáros (2006) define como objetividade reificada do trabalho ou alienação do trabalho:

Nesse processo de alienação, o capital degrada o trabalho, sujeito real da produção social, à condição de objetividade reificada – mero ‘fator material da produção’ – e com isso derruba não somente na teoria, mas na prática social palpável, o verdadeiro relacionamento entre sujeito e objeto (2006, p. 126).

Nossa proposta, todavia, é partir do entendimento de uma concepção de ser humano como um ser ativo e criador, seja da consciência, seja da matéria, do real. Essa concepção desenvolvida por Marx e Engels propõe a substituição do que era antes o espírito hegeliano por uma medida humana. A práxis material e criativa é a marca do entendimento do ser humano sobre a natureza e do seu auto-entendimento. Produção, criação e sociedade; criação e história; teoria e prática formam uma unidade indissolúvel (VÁSQUEZ, 1977, p.35). Portanto, para Marx e Engels, “a práxis refere-se, em geral, a ação, a atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio do qual o ser humano cria (faz, produz), e transforma o seu mundo humano e histórico e a si mesmo” (PETROVIC, 1983, p. 292).

Nesse momento, a práxis é considerada como “o grande conceito da moderna filosofia materialista” (KOSIK, 1976, p. 197); ou o conceito central do marxismo, ou ainda, no mesmo sentido, apontada na elaboração do próprio Marx como sendo “a categoria central de sua filosofia” (VÁSQUEZ, 1977, p. 122). Filosofia esta que se propões à tarefa de “interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação” (VÁSQUEZ, 1977, p. 05).

Procuramos, neste trabalho, abraçar o sentido marxista da práxis por entendermos que toda elaboração do trabalho de Marx apontava para um alvo principal: repelir a filosofia idealista e especulativa que visava apenas interpretar o mundo. Para Marx, o que interessava era a possibilidade de sua transformação. Portanto, uma filosofia que pretenda romper com a contemplação, com a simples constatação de fatos, e com a análise aparentemente neutra e pura dos fenômenos aceitando-os como eles são, como pseudoconcreticidade (KOSIK,1976, p.18), que se propõe, enfim, realizar a unidade entre teoria e 'práxis', além de uma categoria gnosiológica, uma categoria sociológica e ontológica, ou melhor, a prática revolucionária como resultante desta unidade. A isso, equivale dizermos que a 'práxis' revolucionária é que pode criar e fixar as "condições de uma verdadeira transformação das circunstâncias e do próprio homem" (VÁSQUEZ, 1977, p. 161).

Porém, são complexos os caminhos da prática social entendida como práxis propriamente dita. Por um lado, nos deparamos com diferentes concepções e facetas que alimentam a prática de atuação na história da humanidade. De outro, nos deparamos com um pessimismo exacerbado devido um sentimento de desilusão desencadeado após os fatos que marcaram o século XX: as guerras mundiais, a burocratização do socialismo na Rússia, o surgimento de regimes totalitários.

Daí a necessidade de uma aproximação dos diferentes matizes da práxis nos processos de formação e suas exigências no atual contexto social, econômico e político. Para Kosik (1976), a problemática da práxis na filosofia materialista não se sustenta em uma tipologia que distingue dois campos da atividade humana, nem é decorrência da relação prática do homem com a natureza. A práxis é posta em discussão com a tradição platônico-aristotélica para afirmar seu autêntico caráter da criação humana como realidade ontológica. A práxis é ativa, pois cria a realidade histórico-social e determina a existência humana como elaboração da realidade. Nesse sentido, o trabalho é parte da práxis e com ela se articula de modo essencial, a práxis não determina apenas alguns de seus aspectos ou características. Para Kosik (1976), a práxis se articula com o todo do homem e o determina em sua totalidade (p. 221-225).

Em alguns processos formativos na sociedade civil, a práxis é compreendida e se efetiva a partir da ideia de que é necessária tão-só uma socialização dos saberes, de conhecimentos a serem sobrepostos à prática daqueles indivíduos em formação. Adams (2010) afirma que a educação acontece em múltiplos espaços e maneiras. De acordo com o autor, nas instituições Escolares todos ensinam e todos aprendem. "Os saberes fluem de quem detém mais saberes e experiências para quem teve menos oportunidade de aprender" (ADAMS, 2010, p. 30). Nos parece que a concepção do autor se apresenta um tanto que simplificadora dos caminhos da práxis, uma vez que a reduz a uma condição epistemológica originando uma simples contraposição entre a atividade prática dicotomizada pela teórica.

Outro aspecto a ser considerado de modo crítico é a maneira pela qual os processos formativos na sociedade civil enxergam a mudança social. De acordo com Wellen (2012, p.407), por exemplo, "a economia solidária [movimento da sociedade civil] promove uma inversão das reais possibilidades de luta pelo socialismo: priorizando a luta econômica e relegando a luta política". Contudo, se a práxis é a determinação da existência humana como elaboração da realidade concreta, e se ela compreende, além do momento laborativo de produção, também o momento existencial, quer dizer, se ela se manifesta tanto na atividade objetiva do trabalho humano, que

transforma a natureza, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como angústia, a alegria, o medo, a esperança não se apresentam como experiência passiva, mas como parte da luta do processo de reconhecimento da realização da liberdade humana; compreendemos, dessa forma, que os processos formativos que não são estanques e nem neutros podem corroborar para a luta política na medida que a práxis atente para sua dimensão própria de ontocriatividade, isto é, como ser do homem enquanto criador da realidade humana-social e que vislumbre a realidade como totalidade, pois, “o sujeito só conhece o mundo na proporção em que nele intervém ativamente e só conhece a si mesmo mediante uma ativa transformação do mundo” (KOSIK, 1976, p. 165). Nesse sentido, Kosik (1976, p. 168) reforça, “o conhecimento ou a tomada de consciência da natureza do próprio sistema, como sistema de exploração, é condição necessária para que a odisséia da forma histórica da práxis chegue a termo na práxis revolucionária”.

Assim, apontamos as contribuições do próprio Marx (2010) no que diz respeito a questão da emancipação humana. Marx (2010, p. 46) afirma que a emancipação política não é a emancipação humana, tendo em vista que esta consiste na plena liberdade do indivíduo, e não apenas na liberdade política concedida pelo Estado burguês. Destaca, ainda, que não devemos ter ilusões quanto aos limites da emancipação política. E que a emancipação humana só estará plenamente realizada quando “o homem individual real tiver recuperado para si, no seu trabalho individual, suas “forces propres” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (MARX, 2010, p.54).

Nesse sentido, nos guiamos também pelo entendimento de que os processos formativos enquanto práxis ontocriativa, se guiará pelo pressuposto de que a educação comporta em seu bojo, de acordo com Sousa Júnior (2008), um programa na qual três elementos principais se destacam: instrução em instituições formais de educação, que deve se articular ao trabalho como um outro elemento e, por último, a auto-educação dos trabalhadores, como práxis político-educativa (Escola, trabalho e práxis).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Retomando a questão acima sobre as relações entre trabalho e educação e o papel da práxis e da sociedade civil na organização de processos formativos cujo objetivo é a transformação social, afirmamos se tratar de um processo revolucionário levado a cabo pelos trabalhadores e trabalhadoras organizadas enquanto sujeitos da história. Pelo visto, a partir do desdobramento e análise da decadência da Escola e de sua adaptação unilateral aos ditames do neoliberalismo, é fundamental que o debate da práxis e da sociedade civil seja considerado elemento essencial de discussão nos debates sobre a articulação entre trabalho e ensino.

De acordo com Sousa Jr. (2010), é dado um destaque à categoria trabalho ao se abordar a temática da união trabalho e ensino. O autor pensa a temática da educação como a articulação de um programa no qual “trabalho, escola e práxis” se apresentam como elementos basilares da proposta. O trabalho, mesmo alienado no capitalismo, é um momento importante porque suas contradições reais se traduzem em elementos educativos favoráveis para constituição do proletariado como força revolucionária. Daí a contribuição das teses do princípio educativo do trabalho, a proposta da educação tecnológica e o princípio da união trabalho e ensino. A escola,



articulada ao trabalho, entra em cena devido a sua importância na socialização dos conhecimentos. A práxis política-educativa desenvolvida pelos trabalhadores nos seus estudos, debates, congressos, greves, ocupações etc. é um elemento essencial do processo de educação (SOUSA Jr., 2010, p. 56-58).

Nesse sentido, para Sousa Jr. (2010), a práxis é um conceito decisivo para a reflexão sobre a educação, uma vez que nela se expressa com vigor a finalidade principal das concepções de Marx e Engels. Essa finalidade é expressa na superação do capitalismo e na emancipação social. Não se quer dizer que a práxis de forma isolada será a responsável pelo processo de superação das relações sociais no capitalismo e pela emancipação social. Ela compõe um programa articulado que carece de ações educativas intencionais, sistemáticas e com clareza acerca de todas as opressões nas quais estão envolvidos os sujeitos.

Além disso, acrescentamos a importância da articulação da práxis com a sociedade civil organizada. A experiência da instituição Escolar através do contato com o trabalho produtivo na sociedade civil e mediada por uma práxis educativa e política pode contribuir para um processo de Educação revolucionária.

Por fim, contamos com a compreensão de que uma reformulação da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança e que, sobretudo, as soluções para essas mudanças não sejam apenas formais, mas, elas devem ser essenciais (MÉSZAROS, 2008, p. 25-48).

Nossa perspectiva é de que, a práxis enquanto categoria de análise acerca dos processos formativos, em contato metódico e orgânico com a sociedade civil, é caracterizada por uma forma de socialidade e começa a desempenhar a função correlativa à conhecimento e sumamente técnica em sentido amplo do termo, como arte de dispor de homens e coisas. Nosso entendimento é de que a práxis ultrapasse essa condição epistemológica porque em sua essência e universalidade é ela o desvelamento do ser humano como ser ontocriativo, quer dizer, como ser que cria a realidade humana-social e que compreende a realidade em sua totalidade. Nesse sentido, a práxis não é atividade prática contraposta à teoria, é a determinação da existência humana como elaboração da realidade concreta. Daí nossa compreensão dos desdobramentos da práxis no limiar de suas contradições e limites na atuação e efetivação de processos formativos ensejados na instituição Escolar em consonância com os movimentos organizados da sociedade civil que lutam pela hegemonia de um Estado ampliado possa fazer surgir uma Escola revolucionária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado**. São Paulo: Ideias & letras, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **GRAMSCI: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** - volume 1. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 1999.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PETROVIC, Gajo. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SOUSA JUNIOR, Justino de. **A crise da Escola**. Fortaleza: Editora da UFC, 2014.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, práxis e o programa marxiano da educação**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31, 2008, Caxambu. Anais. Caxambu, ANPED, 2008.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da “economia solidária”**. São Paulo: Outras expressões, 2012.